

PODER

Mobilização popular enterra a blindagem

Senado arquiva proposta que protegia parlamentares de processos judiciais. Decisão ocorre após as manifestações pelo país, no domingo, contra o texto aprovado na Câmara

» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNARDES

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), confirmou ontem que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2021, também chamada de PEC da Blindagem, está definitivamente encerrada, após a rejeição unânime pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A **proposta**, que alterava as prerrogativas parlamentares e ampliava a proteção contra processos judiciais, foi considerada inconstitucional e injurídica.

Segundo Alcolumbre, o encaminhamento do texto à CCJ seguiu os trâmites normais da Casa, sem qualquer manobra. “Nós apenas cumprimos o que manda o regimento do Senado. Sem atropelos, sem inversões. Encaminhamos a proposta imediatamente à comissão respectiva para sua deliberação, como ocorre com todas as matérias que chegam ao Senado”, afirmou.

O texto havia sido aprovado pela Câmara na semana passada, mas encontrou forte resistência dentro do Senado e nas ruas, com protestos no último domingo, em várias capitais. Em São Paulo, levantamento da Universidade de São Paulo (USP) e da ONG More in Common estimou em 42,4 mil os participantes na Avenida Paulista.

Alcolumbre destacou o papel do colegiado, sob a condução do senador Otto Alencar (PSD-BA) e com relatoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Ele elogiou a postura dos integrantes da comissão. “Com coragem e serenidade, cada senador e cada senadora concluiu a votação na comissão. A sociedade brasileira pode ter clareza de que a análise foi feita de maneira transparente e responsável”, disse.

Alcolumbre citou o artigo 101 do regimento interno, lembrando que a decisão da CCJ pela inconstitucionalidade torna desnecessária qualquer análise em plenário. “Quando a Comissão de Constituição e Justiça emite parecer aprovado pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, esta é considerada rejeitada e arquivada definitivamente. Portanto, não há o que se esclarecer em relação à tramitação desta proposta”, explicou.

Em seu parecer, o relator Alessandro Vieira classificou a PEC como um “grave retrocesso” e um “golpe fatal” à credibilidade do Congresso. Para ele, o texto “abre as portas para transformar o Legislativo em abrigo seguro para criminosos de todos os tipos”. O parlamentar destacou

Waldemir Barreto/Agência Senado



Alcolumbre com Vieira: presidente do Senado determinou o arquivamento sumário da proposta

Presidentes de partidos

A PEC previa ampliar garantias judiciais a parlamentares e estender o foro privilegiado a presidentes de partidos. Também estabelecia que a abertura de processos criminais contra deputados e senadores dependeria de autorização do Congresso por votação secreta, além de exigir deliberação sigilosa para prisões em flagrante.



A PEC que formalmente aponta ser um instrumento de defesa do Parlamento é na verdade um golpe fatal na sua legitimidade, posto que configura portas abertas para a transformação do Legislativo em abrigo seguro para criminosos de todos os tipos

Alessandro Vieira (MDB-SE), senador

ainda que a proposta feria princípios constitucionais e caminhava na contramão da decisão do próprio Congresso em 2001, quando aprovou a Emenda Constitucional 35, que restringiu os privilégios parlamentares.

Pressão

Para o cientista político Leonardo Paz Neves, analista de inteligência qualitativa no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional (NPII) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a rejeição da PEC da Blindagem na CCJ do Senado foi resultado direto da pressão popular e da forte repercussão negativa nas redes sociais.

Segundo ele, havia inicialmente um acordo tácito entre setores bolsonaristas para dividir esforços entre a defesa da anistia e o avanço da PEC, com chances reais de aprovação. “O que ocorre, no final das contas, é que o PL, especialmente a ala bolsonarista, fez uma troca: um lado apoiava a anistia enquanto o outro lado apoiava a PEC da Blindagem. Nessa composição, eles poderiam ter a maioria necessária para atingir seus objetivos”, explicou.

O que não estava no cálculo, apontou o especialista, foi a reação das ruas. “Eles não contavam com uma manifestação popular tão grande. Especialmente nas mídias, segundo a Quaest, quase 85% das menções eram muito negativas. Isso criou um custo político muito grande”, afirmou.

Paz Neves destacou ainda a diferença entre os sistemas eleitorais da Câmara e do Senado para explicar a postura de cada

Casa. “Deputado tem um custo político muito mais baixo para votar uma medida impopular, porque a eleição é proporcional. Dos 513 deputados, só 28 tiveram votos suficientes para se eleger sem puxadores. A maioria depende do coeficiente eleitoral, então, não tem muito custo direto com o eleitorado”, disse.

Já no Senado, acrescenta, a lógica é distinta. “Senador é eleito no majoritário, com exposição estadual muito maior. Quando figuras como Ratinho Júnior e (Ronaldo) Caiado se colocaram contra a PEC da Bandidagem, ficou claro que vincular a imagem a uma medida tão impopular teria um custo altíssimo. Por isso, me parecia, desde o início, que o Senado teria muito mais resistência”, observou.

O cientista político Rudá Ricci, mestre em ciências políticas pela PUC-SP, também destacou a força política da decisão. “A CCJ do Senado acabou, por unanimidade, que é muito surpreendente, vetando completamente o avanço da PEC da Blindagem. Para essa PEC prosperar, ela teria que voltar a ser apresentada com outra redação na Câmara. Mas a notícia é muito clara que vem do Senado: lá não passa”, frisou.

Na avaliação do especialista, a Casa tem funcionado como barreira a iniciativas mais radicais vindas da Câmara. “De alguma maneira, o Senado, já há algum tempo vem, travando as votações mais extremistas. Isso ocorre porque o voto majoritário dá mais autonomia ao senador, enquanto a Câmara está muito mais presa a uma lógica localista e de baixo clero”, concluiu.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Senado arquiva a PEC da Blindagem, mas impasse com o STF persiste

O arquivamento da chamada PEC da Blindagem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado não encerra o conflito aberto entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão unânime dos senadores, confirmada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, sepulta formalmente a tentativa da Câmara de ampliar as prerrogativas de parlamentares e dirigentes partidários, blindando-os de processos e prisões.

A decisão é fruto do amplo repúdio da opinião pública e das manifestações contrárias à autoproteção dos deputados, entretanto a disputa institucional prossegue em outro terreno: a anistia e a dosimetria das penas dos envolvidos no 8 de Janeiro, com destaque para a condenação histórica do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A tramitação da PEC da Blindagem expôs o descompasso entre as duas Casas. Enquanto a Câmara aprovou a proposta sob patrocínio do Centrão e aval de Arthur Lira, no Senado, a reação foi imediata. A CCJ, sob a presidência de Otto Alencar e relatoria de Alessandro Vieira, classificou o texto como um ataque direto à legitimidade do Legislativo. A rejeição por unanimidade impediu que a matéria chegasse ao plenário.

Alcolumbre, ao comunicar o arquivamento, destacou o rigor regimental e a clareza da decisão: parecer pela inconstitucionalidade equivale à rejeição definitiva. De certa forma, com a decisão, o Senado desnudou a crise de legitimidade da Câmara, acusada de legislar em causa própria e de se descolar da opinião pública. Não à toa, as manifestações populares do último fim de semana reforçaram a pressão para o sepultamento da PEC, que era percebida como um “salvo-conduto” para políticos e dirigentes partidários.

Apesar da derrota da blindagem, a Câmara mantém a ofensiva contra o Supremo. O PL da Dosimetria, nova roupagem do PL da Anistia, pretende reduzir as penas impostas aos condenados pela tentativa de golpe. Seu objetivo principal não é aliviar os bagrinhos envolvidos no 8 de Janeiro, a maioria em liberdade, mas atenuar a condenação exemplar de Bolsonaro e de seus aliados, principalmente os militares de alta patente. É nesse contexto que ressurgem as críticas ao inquérito das fake news, instaurado de ofício pelo ministro Dias Toffoli, quando presidente da Corte, e à condução firme de Alexandre de Moraes na apuração das responsabilidades dos golpistas.

Para a oposição questiona a legitimidade dos julgamentos. Para o STF, ao contrário, os instrumentos adotados representam mecanismos excepcionais, mas necessários, para preservar a democracia diante da ameaça concreta do golpismo. Essa tensão jurídica, que mistura divergências constitucionais com disputas políticas, é o núcleo essencial do litígio entre os Poderes.

Pacto democrático

Do ponto de vista jurídico, a rejeição da PEC da Blindagem reforçou a autonomia do Senado como instância de contenção de excessos corporativos. Casa historicamente responsável por protagonizar a chamada “política de conciliação”, tem legitimidade para apartar a impunidade do que seria uma pacificação. O argumento central do relator da PEC da Blindagem, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), foi que a proposta criaria um “porto seguro para criminosos”, invertendo a lógica republicana de igualdade perante a lei. Mais claro do que isso, impossível. A decisão sinaliza que, ao menos no Senado, prevalece a leitura de que imunidades não podem ser confundidas com impunidade.

Entretanto, o debate sobre a anistia reabre fissuras constitucionais delicadas. A Câmara insiste em legislar sobre fatos já julgados, buscando relativizar condenações do Supremo. Isso tensiona o princípio da separação de Poderes e cria insegurança jurídica: até que ponto o Legislativo pode modular ou reverter decisões judiciais definitivas? Constitucionalmente, o Congresso não é um fórum de revisão das decisões do Supremo.

O que há de novo na democracia brasileira, nos termos da Constituição de 1988, é que ninguém está acima da lei. Por isso, a condenação de Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão é tão paradigmática. De fato, inaugurou uma nova era jurídica no Brasil: a responsabilização penal de um ex-presidente por crimes contra a democracia. Que ninguém se iluda, esse é o epicentro do embate entre o STF e parte expressiva do Congresso. O PL da Dosimetria é, na prática, uma tentativa de reduzir a pena de Bolsonaro e de seus aliados, traduzindo em norma legislativa um gesto de leniência política.

Ao insistir nesse caminho, o Congresso não apenas desafia o Supremo, mas se coloca diante de uma encruzilhada institucional: cede à pressão das bases bolsonaristas ou afirma a autoridade das instituições democráticas? O arquivamento da PEC da Blindagem foi uma vitória do Senado e uma derrota fragorosa para a Câmara, porém o litígio do Congresso com o Supremo permanece vivo com a discussão sobre anistia e dosimetria. Nesse jogo de forças, a linha entre conciliação e impunidade volta a ser testada — e dela dependerá a solidez do pacto democrático brasileiro.

Entidades destacam a força das ruas

Entidades comemoraram a decisão do Senado de enterrar a PEC da Blindagem. O presidente do Instituto Não Aceito Corrupção (Inac), Roberto Livianu, postou um vídeo comentando a decisão da Casa e citando a “votação histórica” na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que rejeitou o texto por unanimidade.

Ele chamou o relatório do senador Alessandro Vieira de impecável, o qual “apontou inúmeras inconstitucionalidades e foi acolhido de forma unânime”. “Inclusive com votos de senadores bolsonaristas, que acabaram se curvando à voz das ruas”, enfatizou Livianu, numa menção às manifestações de domingo, pelo Brasil, contra a PEC. Ele frisou ter sido determinante “o grito da sociedade, dizendo que não aceita a impunidade como regra, que não aceita as violações da Constituição. Parabéns ao povo brasileiro unido, que teve uma grande vitória hoje (ontem)”, ressaltou.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) também se manifestou após a derubada da proposta. A entidade destacou que a PEC “representava um grave retrocesso para a democracia e para o combate à corrupção no Brasil”.

“Vale lembrar que, no último domingo, a sociedade civil foi às ruas para protestar contra a PEC da Blindagem, aprovada na Câmara dos Deputados em dois turnos, em um rito acelerado de tramitação. Esse tipo de votação em regime de urgência, quando se trata de projetos de interesse direto da classe política, infelizmente, tem se tornado regra no Congresso”, disse.

O MCCE destacou o “absurdo” do conteúdo da proposta, “que buscava enfraquecer os mecanismos de responsabilização de parlamentares e ampliar privilégios incompatíveis com a ética pública”.

A entidade destacou que as medidas previstas no texto

Nelson Almeida/AFP



Manifestação em São Paulo contra PEC da Blindagem e PL da Anistia

comprometeriam a transparência, a moralidade e a igualdade perante a lei. “A rejeição da PEC pela CCJ representa uma vitória

da sociedade brasileira e um passo fundamental para a preservação do Estado Democrático de Direito”, finalizou.